

CONTAS PÚBLICAS

Aumento do débito da União supera a inflação por causa dos juros altos. Nos oito primeiros meses deste ano houve crescimento de 6%, um índice três vezes superior à elevação do custo de vida

Dívida está R\$ 25 bilhões maior

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

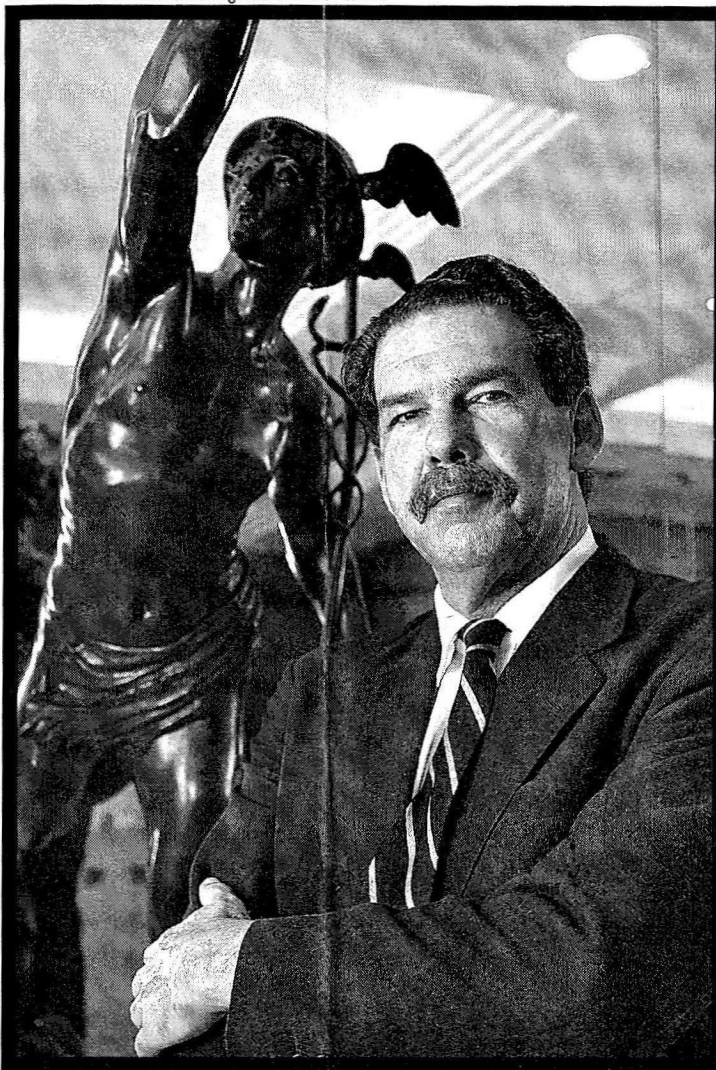
A dívida pública em poder do mercado aumentou 2,47% (R\$ 25 bilhões) em agosto, um percentual de crescimento 49 vezes maior do que a inflação de 0,05% medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Essa comparação, segundo o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, explicita o quanto as taxas de juros, que corrigem a maior parte dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, estão elevadas. “Mesmo com a redução de 5,5 pontos percentuais na taxa básica de juros (Selic) desde setembro do ano passado, de 19,75% para 14,25% ao ano, a dívida pública continuou crescendo. Trata-se de uma expansão real do endividamento, o que não é nada saudável para o país”, afirmou.

Em agosto, a dívida mobiliária, que representa a quantidade de papéis do governo nas mãos dos investidores, atingiu R\$ 1,039 trilhão. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, esse endividamento cresceu 6%, índice três vezes superior à inflação registrada no pe-

ríodo, de 1,78%. O ideal, na opinião de Thadeu, seria que a dívida caísse ou crescesse abaixo da inflação, pois sinalizaria um controle nos gastos do governo e juros reais menores. “Infelizmente, não é o que estamos vendo”, frisou. Para o economista, é muito fácil constatar o efeito dos juros sobre o endividamento público. Nos 12 meses terminados em agosto de 2005, os juros reais (acima da inflação) ficaram em 9%. Nos 12 meses encerrados em agosto deste ano, a taxa real média passou para 12,7%.

Pelos dados disponibilizados ontem pelo Tesouro Nacional, houve um dado alentador em relação à dívida pública mobiliária. A participação de títulos corrigidos pela Selic caiu de 46,95% para 46,14% do total entre julho e agosto. Isso significa que, aos poucos, a dívida vai deixando de ser tão afetada pela taxa básica. Já o volume de papéis com juros prefixados passou, em igual período, de 30,36% para 31,49% do total, permitindo maior previsibilidade na gestão da dívida. Em contrapartida, os investidores exigiram prazos mais curtos para os vencimentos dos títulos. O tempo médio de vigência dos papéis encolheu de 29,95 para 29,84 meses.

Leão Pinheiro/Valor Econômico/Agência O Globo - 5/9/02



GOMES, ECONOMISTA: “EXPANSÃO REAL DO ENDIVIDAMENTO NÃO É SAUDÁVEL”